

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.081 - SP (2019/0232864-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : JANETE RIBAS  
**ADVOGADOS** : JOSÉ VASCONCELOS - SP075480  
RAFAEL CAMILOTTI ENNES - SP281594  
**AGRAVADO** : SPREAD BUSINESS PARTNERS CONSULTORIA LTDA  
**AGRAVADO** : FERNANDO SARAN SOLON  
**AGRAVADO** : HAMILTON COSTA DE SOUSA  
**ADVOGADOS** : MARCELO GIR GOMES - SP127512  
CLEISE CLEMENTI - SP197042  
RAFAEL CAMILOTTI ENNES - SP281594  
VIVIANE MARQUES GÉRES - SP203133

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra a decisão que inadmitiu o recurso especial interposto por JANETE RIBAS. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*" Desconsideração da personalidade jurídica. Ação monitória. Inexistência de elementos indicadores de desvirtuamento das finalidades sociais da executada. Não preenchimento dos requisitos do artigo 50 do Código Civil. Recurso desprovido" (fl. 186 e-STJ).*

Nas razões do especial, a agravante alegou violação dos arts. 492 do Código de Processo Civil de 2015 e 50 do Código Civil.

Sustentou, em síntese, que houve julgamento além dos limites da lide e que, no presente caso, é inquestionável a ocorrência de fatos que ensejam a necessidade de decretação de desconsideração da personalidade jurídica da empresa recorrida.

Sem as contrarrazões e inadmitido o recurso na origem, sobreveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Preliminarmente, observa-se que não consta do acórdão recorrido nenhuma

manifestação da Corte de origem a respeito do suposto julgamento *ultra petita*, motivo pelo qual não se pode considerar tal questão devidamente prequestionada, sequer de forma implícita. Incide, assim, o óbice da Súmula nº 282/STF.

Acerca da alegada necessidade de decretação de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa recorrida, o tribunal estadual rechaçou tal tese por entender que não foram preenchidos os requisitos do art. 50 do Código Civil, nos seguintes termos:

*"(...)*

*Na espécie, diante dos elementos probatórios trazidos aos autos, não é possível concluir pela admissibilidade da desconconsideração da personalidade jurídica.*

*Em princípio, como bem entende o MM. Juiz 'a quo', a não localização de bens da executada e a dissolução irregular da pessoa jurídica, por si só, não constituem motivos para a desconconsideração da personalidade jurídica.*

*O artigo 50 do Código Civil exige o abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.*

*Ressalte-se que o instituto da desconconsideração da personalidade jurídica visa alcançar o patrimônio dos sócios, mitigando-se a autonomia patrimonial da pessoa jurídica em razão da ocorrência de fraude. Destarte, a aplicação de tal instituto somente se justificaria caso estivessem demonstrados fatos concretos de abuso da personalidade jurídica.*

*Isto quer dizer que o abuso da pessoa jurídica, para efeito de sua desconconsideração, deve ser apreciado de forma de objetiva, uma vez que 'a desconconsideração envolve um descompasso entre a função vislumbrada pelo ordenamento jurídico para a pessoa jurídica e aquela atuação desenvolvida concretamente por (através de) uma sociedade personificada' (Marçal Justen Filho, Desconconsideração da Personalidade Societária no Direito Brasileiro, RT, página 96).*

*Assim, na medida em que os dados trazidos aos autos não preenchem os requisitos do artigo 50 do Código Civil, deve ser mantida a r. decisão agravada" (fls. 189/190 e-STJ).*

Desse modo, a análise do preenchimento dos requisitos necessários à desconconsideração da personalidade jurídica, como pretende a recorrente, enseja o reexame de fatos e de provas da causa, o que é inviável no recurso especial pelo óbice da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), haja vista que o recurso especial ao qual se negou provimento é oriundo de acórdão proferido por ocasião de julgamento de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator